

AGENTE DE TRIBUTOS MUNICIPAIS

50 QUESTÕES OBJETIVAS

igeduc

Leia atentamente as informações abaixo:

1. Sob pena de ELIMINAÇÃO do candidato, é proibido: **folhear este caderno de questões antes do horário de início da prova determinado em edital**; levantar da cadeira sem a devida autorização do fiscal de sala; manter qualquer tipo de comunicação entre os candidatos; portar aparelhos eletrônicos, tais como telefone celular, receptor, gravador etc. ainda que desligados; anotar o gabarito da prova em outros meios que não sejam o Cartão de Respostas e este Caderno de Questões; fazer consulta em material de apoio ou afins.
2. No Cartão Resposta, confira seu nome, número de inscrição e cargo ou função, assine-o no espaço reservado, com caneta de cor azul ou preta, e marque apenas 1 (uma) resposta por questão, sem rasuras ou emendas, pois não será permitida a troca do Cartão de Respostas por erro do candidato.
3. Quando terminar sua prova, você deverá, OBRIGATORIAMENTE, entregar o Cartão de Respostas devidamente preenchido e assinado ao fiscal da sala, pois o candidato que descumprir esta regra será ELIMINADO.
4. Você deve obedecer às instruções dos coordenadores, fiscais e demais membros da equipe do Igeduc – assim como à sinalização e às regras do edital – no decorrer da sua permanência nos locais de provas.
5. Estará sujeito à pena de reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa, o candidato que utilizar ou divulgar, indevidamente, com o fim de beneficiar a si ou a outrem, ou de comprometer a credibilidade do certame, o conteúdo sigiloso deste certame, conforme previsto no Código Penal (DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940), em especial o disposto no Art. 311-A, incisos I a IV.

NOME

CPF

CADERNO DE QUESTÕES OBJETIVAS

QUESTÕES DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (de 1 a 40)

1. Qual a alternativa CORRETA?

- a) A denominação e as características são irrelevantes para qualificar a obrigação tributária.
- b) A destinação legal do produto é fundamental para qualificar a obrigação tributária.
- c) Segundo o Código Tributário Nacional, os tributos são impostos, taxas, contribuições de melhoria, empréstimo compulsório e contribuição especial.
- d) O tributo pode constituir um ato ilícito e deve ser cobrado.

2. Analise as afirmativas a seguir:

- I. Os pais são responsáveis pelos tributos devidos pelos filhos menores.
- II. O espólio é pessoalmente responsável pelos tributos devidos pelo de cujus até a finalização do inventário.
- III. A lei pode atribuir de forma implícita a responsabilidade pelo crédito tributário à terceira pessoa.

Quantas afirmativas estão CORRETAS?

- a) Nenhuma. b) Apenas uma.
- c) Apenas duas. d) Todas.

3. Analise as afirmativas a seguir:

- I. A retenção dos tributos nada mais é que a transferência da obrigação do recolhimento aos pagadores.
- II. Pessoa jurídica que resulte de fusão nunca será responsável pelos tributos devidos até a data da fusão.
- III. Segundo o Código Tributário Nacional, a solidariedade não comporta benefício de ordem.

Quantas afirmativas estão CORRETAS?

- a) Nenhuma. b) Apenas uma.
- c) Apenas duas. d) Todas.

4. Analise as afirmativas a seguir:

- I. Na falência, a multa tributária prefere apenas aos créditos subordinados (Lei 5.172/1996).
- II. Quando a legislação tributária não fixar tempo para pagamento, o vencimento do crédito ocorre em 30 dias (Art. 160 da Lei 5.172/1996).
- III. A imposição de penalidade, de acordo com a Lei 5.172/1996, não exige o devedor de pagar todo o crédito tributário, o que inclui a multa e o tributo (Art. 157).

Quantas afirmativas estão CORRETAS?

- a) Nenhuma. b) Apenas uma.
- c) Apenas duas. d) Todas.

5. Analise as afirmativas a seguir:

- I. São impostos inclusos na arrecadação do Simples Nacional: o ISS, o ICMS, o PIS/Pasep e o IRPJ.

II. O arrecadamento do Simples Nacional é feito de maneira mensal e através de documento único estabelecido por convênio interestadual.

III. Estão excluídos da arrecadação do Simples Nacional: o ITR, a CPP, o IPI e o ISS na importação de serviços.

Quantas afirmativas estão CORRETAS?

- a) Nenhuma. b) Apenas uma.
- c) Apenas duas. d) Todas.

6. Analise as afirmativas a seguir:

- I. Não faz parte da base de cálculo do IPTU o valor dos bens móveis mantidos em caráter permanente no imóvel.
- II. Poderão ser considerados contribuintes do IPTU o proprietário, o titular de domínio útil, o possuidor e o locador.
- III. A progressividade do IPTU poderá ser fiscal ou extrafiscal.

Quantas afirmativas estão CORRETAS?

- a) Nenhuma. b) Apenas uma.
- c) Apenas duas. d) Todas.

7. Analise as afirmativas a seguir:

- I. No município de Remanso, é vedado ao contribuinte exigir ou aumentar tributos sem a devida previsão legal.
- II. Ao município de Remanso é permitido utilizar tributo com efeito de confisco.
- III. O município de Remanso pode cobrar tributo no mesmo exercício financeiro em que a lei o tenha instituído ou majorado.

Quantas afirmativas estão CORRETAS?

- a) Nenhuma. b) Apenas uma.
- c) Apenas duas. d) Todas.

8. Analise as afirmativas a seguir:

- I. O Imposto da Propriedade Predial e Territorial Urbano (IPTU) pode ser progressivo, nos termos da Lei Orgânica do Município de Remanso.
- II. Diferente da União e dos estados, o município de Remanso pode cobrar imposto sobre livros e periódicos.
- III. O prefeito do município de Remanso divulgará até o último dia do mês subsequente ao da arrecadação o montante de cada um dos tributos arrecadados.

Quantas afirmativas estão CORRETAS?

- a) Nenhuma. b) Apenas uma.
- c) Apenas duas. d) Todas.

9. Qual a alternativa CORRETA?

- a) O imposto da propriedade predial e territorial urbano (IPTU) não poderá ser progressivo, nos termos da Lei Orgânica do Município de Remanso.
- b) Compete ao Município de Remanso instituir impostos sobre vendas a varejo de combustível líquido e grosso, com a exceção do óleo diesel.
- c) Os impostos instituídos em lei, caso não sejam cobrados pelo Município de Remanso, serão ressarcidos aos cofres públicos pela Assembleia Legislativa.

d) É vedado ao município de Remanso instituir imposto sobre transmissão intervivos de bens imóveis.

10. Qual a alternativa CORRETA?

a) Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado previsto na LC 123 a pessoa jurídica que exerça atividade de previdência complementar (LC 123).

b) Produtores rurais não poderão optar pelo Simples Nacional, visto que devem contribuir pela sistemática do Lucro Presumido (LC 123).

c) A irregularidade em cadastro fiscal ou a ausência de inscrição, quando exigível, não constitui óbice ao recolhimento de impostos e contribuições no sistema do Simples Nacional (Art. 17 da LC 123).

d) As cooperativas de consumo não poderão aderir ao Simples (Art. 3º da LC 123).

11. Qual a alternativa CORRETA?

a) A multa por descumprimento de obrigação acessória se converte em obrigação principal e passa a se confundir com o tributo.

b) As multas moratórias ou punitivas não serão de responsabilidade da empresa sucessora, pois continuarão a ser responsabilidade do contribuinte originário (Súm. 554 do STJ).

c) A legislação – municipal, estadual ou federal – não pode fixar o tempo do pagamento em prazo diferente de 15 dias (Art. 160 do CTN).

d) Ao crédito não pago no vencimento é adicionado juros de mora, podendo ser cumulado com penalidades previstas na legislação vigente (Art. 161 do CTN).

12. Qual a alternativa CORRETA?

a) O pagamento efetuado por um dos obrigados não se aproveita aos demais (Art. 125 do CTN).

b) As pessoas que tenham interesse comum na situação que constitui o fato gerador da obrigação principal são solidariamente obrigadas (Lei 5.172/1996).

c) A solidariedade prevista no Código Tributário Nacional comporta o benefício de ordem (Art. 124 do CTN).

d) Na solidariedade prevista no Código Tributário Nacional, a interrupção da prescrição não pode favorecer ou prejudicar os coobrigados (Lei 5.172/1996).

13. Qual a alternativa CORRETA?

a) O adquirente ou remetente não é pessoalmente responsável pelos tributos relativos aos bens adquiridos ou remidos (Lei 5.172/96).

b) Nos casos de falência, o produto da alienação judicial da empresa ficará em conta de depósito à disposição do juízo falimentar pelo prazo de 2 anos (Art. 133, §3º, da Lei 5.172/96).

c) O sucessor e o cônjuge meeiro são responsáveis pelos tributos devidos pelo de cujus até a data da partilha ou da adjudicação, limitada esta responsabilidade ao montante do quinhão do legado ou da meação (Lei 5.172/96).

d) A lei não pode atribuir a responsabilidade tributária a uma terceira pessoa, ainda que o valor líquido original do tributo seja inferior a 10 (dez) salários (Art. 128 da Lei 5.172/96).

14. Analise as afirmativas a seguir:

I. A denominação é irrelevante para qualificar o fato gerador da obrigação tributária (Art. 4º da Lei 5.172/1996).

II. O tributo é toda prestação pecuniária compulsória, podendo constituir sanção (Lei 5.172/1996).

III. O tributo é cobrado mediante atividade administrativa plenamente vinculada, conforme determina Lei 5.172/1996.

Quantas afirmativas estão CORRETAS?

- a) Nenhuma. b) Apenas uma.
c) Apenas duas. d) Todas.

15. Qual a alternativa CORRETA?

a) O Poder Executivo de Remanso publicará, até 30 dias após o encerramento de cada trimestre, relatório resumido da execução orçamentária.

b) É vedado ao município de Remanso instituir impostos sobre livros e periódicos.

c) O município de Remanso deve acompanhar o cálculo das quotas e a sua liberação nas receitas repartidas pela União e pelo Estado, na forma de lei complementar estadual.

d) O prefeito do município de Remanso divulgará até o último dia do mês corrente ao da arrecadação o montante de cada um dos tributos arrecadados.

16. Qual a alternativa INCORRETA?

a) O lançamento do crédito tributário será revisto de ofício no caso de comprovada simulação.

b) O lançamento do crédito tributário pode se dar de forma direta ou de ofício, de forma mista ou por declaração e ainda por homologação ou autolancamento.

c) É admitido no direito brasileiro o lançamento verbal do crédito tributário.

d) A Fazenda Pública possui prazo decadencial de 5 anos para a homologação do lançamento do crédito tributário.

17. Qual a alternativa INCORRETA?

a) O princípio da irretroatividade apresenta exceções.

b) O princípio da isonomia estabelece que o Estado tribute as pessoas de acordo com o seu potencial econômico.

c) A alteração de prazo para recolhimento dos tributos não se sujeita ao princípio da anterioridade.

d) O prazo para pagamento de tributos não se submete ao princípio da legalidade estrita.

18. Analise as afirmativas a seguir:

I. Para os efeitos da Lei Complementar nº 123 de 2006, apenas se consideram empresas de pequeno porte ou microempresas a sociedade simples.

II. Os microempreendedores e donos de empresas de pequeno porte não possuem tratamento diferenciado e favorecido em relação à tributação dos seus negócios (LC nº 123 de 2006).

III. Para ser considerada microempresa, é necessário auferir receita bruta igual ou inferior a R\$ 320.000,00.

Quantas afirmativas estão CORRETAS?

- a) Nenhuma. b) Apenas uma.
c) Apenas duas. d) Todas.

19. Analise as afirmativas a seguir:

I. O princípio da não limitação do tráfego de pessoas e bens não se aplica ao pedágio.

II. Zonas Francas – como a Zona Franca de Manaus – são uma exceção ao princípio da uniformidade geográfica.

III. Para a instituição de novas taxas, deve-se observar tanto a anterioridade anual quanto à anterioridade nonagesimal.

Quantas afirmativas estão CORRETAS?

- a) Nenhuma. b) Apenas uma.
c) Apenas duas. d) Todas.

20. Analise as afirmativas a seguir:

I. A lei tributária que defina infrações e/ou penalidades deve ser interpretada de modo mais favorável ao acusado.

II. Na ausência de disposição expressa, a equidade será utilizada na interpretação da legislação tributária antes da analogia.

III. A legislação tributária poderá se utilizar de conceitos do direito privado.

Quantas afirmativas estão CORRETAS?

- a) Nenhuma. b) Apenas uma.
c) Apenas duas. d) Todas.

21. Analise as afirmativas a seguir:

I. A Lei Orçamentária anual do município de Remanso compreende o orçamento fiscal dos poderes Legislativo e Executivo.

II. Se incluem nas Leis de iniciativa do Poder Executivo de Remanso o Plano Plurianual, as Diretrizes Orçamentárias e os orçamentos anuais.

Qual (ais) afirmativas (s) está (ão) CORRETA (S)?

- a) I e II. b) I, apenas.
c) II, apenas. d) Nenhuma.

22. Analise as afirmativas a seguir:

I. Os atos administrativos obedecem ao princípio da anterioridade nonagesimal.

II. A instituição ou majoração de impostos sobre patrimônio ou renda somente entrarão em vigor no exercício seguinte.

Qual (ais) afirmativas (s) está (ão) CORRETA (S)?

- a) I e II. b) I, apenas.
c) II, apenas. d) Nenhuma.

23. Analise as afirmativas a seguir:

I. O crédito tributário é o produto da obrigação tributária principal e tem a mesma natureza.

II. O crédito tributário dispensado fora das hipóteses previstas no Código Tributário Nacional não enseja responsabilidade funcional.

Qual (ais) afirmativas (s) está (ão) CORRETA (S)?

- a) I e II. b) I, apenas.
c) II, apenas. d) Nenhuma.

24. Analise as afirmativas a seguir:

I. O crédito tributário possui preferência absoluta, devendo sempre ser satisfeito primeiro.

II. O devedor inscrito em Dívida Ativa poderá alienar imóvel se reservar montante ou outros bens suficientes para o pagamento do crédito tributário, caso contrário a alienação será considerada fraudulenta e, portanto, anulável.

Qual (ais) afirmativas (s) está (ão) CORRETA (S)?

- a) I e II. b) I, apenas.
c) II, apenas. d) Nenhuma.

25. Analise as afirmativas a seguir:

I. O lançamento do ITBI é feito, em regra, por declaração e deverá ser recolhido no momento do registro imobiliário.

II. Não incide o ITBI sobre imóveis desapropriados para fins de reforma agrária.

Qual (ais) afirmativas (s) está (ão) CORRETA (S)?

- a) I e II. b) I, apenas.
c) II, apenas. d) Nenhuma.

26. Analise as afirmativas a seguir:

I. As informações relativas à inscrição de dívida ativa não poderão ser divulgadas devido ao sigilo fiscal (Art. 198 do CTN).

II. A fim de maximizar resultados nas fiscalizações, os entes políticos poderão celebrar convênios para viabilizar a troca de informações, inclusive em âmbito internacional (Art. 199 do CTN).

III. É possível que as autoridades administrativas solicitem auxílio policial a fim de viabilizar trabalhos de fiscalização (Art. 200 do CTN).

Quantas afirmativas estão CORRETAS?

- a) Nenhuma. b) Apenas uma.
c) Apenas duas. d) Todas.

27. Analise as afirmativas a seguir:

I. O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza não será objeto de concessão de imunidade (LC nº 116/2003).

II. A alíquota mínima do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza é de 2% (LC nº 116/2003).

III. A alíquota máxima do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza é de 6% (LC nº 116/2003).

Quantas afirmativas estão CORRETAS?

- a) Nenhuma. b) Apenas uma.
c) Apenas duas. d) Todas.
-

28. Analise as afirmativas a seguir:

- I. A destinação legal do produto e sua arrecadação são relevantes para qualificar a obrigação tributária (Lei 5.172/1992).
II. A natureza de um tributo é determinada pelo fato gerador da respectiva obrigação (Lei 5.172/1992).
III. O imposto é o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente da atividade estatal (Lei 5.172/1996).

Quantas afirmativas estão CORRETAS?

- a) Nenhuma. b) Apenas uma.
c) Apenas duas. d) Todas.
-

29. Analise as afirmativas a seguir:

- I. Não se defere competência tributária caso o ente federado não a exerça (Art. 8º da Lei 5.172/96).
II. O Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis e de Direitos a eles Relativos é de competência dos municípios (Art. 35 da Lei 5.172/96).
III. O Imposto sobre Exportação é de competência da União (Lei 5.172/96).

Quantas afirmativas estão CORRETAS?

- a) Nenhuma. b) Apenas uma.
c) Apenas duas. d) Todas.
-

30. Analise as afirmativas a seguir:

- I. O tributo, além de compulsório, não pode representar uma sanção ao contribuinte.
II. Segundo o Código Tributário Nacional (Lei 5.172/1996), os tributos são os impostos, as taxas e as contribuições de melhoria.

Qual (ais) afirmativas (s) está (ão) CORRETA (S)?

- a) I e II. b) I, apenas.
c) II, apenas. d) Nenhuma.
-

31. Analise as afirmativas a seguir:

- I. Na hipótese de não cabimento das regras fixadas no Código Tributário Nacional para a determinação do domicílio, será considerado como domicílio tributário do contribuinte ou responsável o lugar da situação dos bens.
II. O Código Tributário Nacional prevê hipóteses em que a autoridade administrativa pode recusar o domicílio tributário eleito.

Qual (ais) afirmativas (s) está (ão) CORRETA (S)?

- a) I e II. b) I, apenas.
c) II, apenas. d) Nenhuma.
-

32. Analise as afirmativas a seguir:

- I. De acordo com o Código Tributário Nacional, a competência tributária será sempre indelegável.

- II. Segundo o Código Tributário Nacional, não constitui delegação de competência o cometimento do encargo de arrecadar tributos a pessoas de direito privado.

Qual (ais) afirmativas (s) está (ão) CORRETA (S)?

- a) I e II. b) I, apenas.
c) II, apenas. d) Nenhuma.
-

33. Qual a alternativa CORRETA?

- a) A incidência do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza depende da denominação dada ao serviço prestado.
b) O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza é de competência dos municípios e do Distrito Federal.
c) Não incide sobre serviços provenientes do exterior do país o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza.
d) O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza incide sobre as exportações de serviços para o exterior do país.
-

34. Qual a alternativa CORRETA?

- a) A multa pendente de pagamento e não pode ser causa de inscrição na Dívida Ativa.
b) A data de inscrição na Dívida Ativa deve constar na certidão, pois é requisito essencial para a contagem da prescrição.
c) A dívida regularmente inscrita goza de presunção absoluta de certeza e liquidez, mas não possui o efeito de prova pré-constituída.
d) Quando se tratar de correção de erro, a certidão de Dívida Ativa poderá ser substituída até a prolação da sentença de embargos.
-

35. Qual a alternativa CORRETA?

- a) A certidão de que conste a existência de créditos cuja exigibilidade esteja suspensa não possui o mesmo efeito das certidões negativas.
b) O funcionário que expedir certidão negativa com culpa, que contenha erro contra a Fazenda Pública, será responsabilizado pessoalmente pelo crédito tributário e juros de mora acrescidos.
c) É legítima a recusa de expedição de certidão negativa quando o tributo for declarado e não pago pelo contribuinte.
d) As certidões negativas não servem como prova da quitação de determinado tributo, devendo ser expedida conforme requerimento e nos termos em que foi requerida.
-

36. Analise as afirmativas a seguir:

- I. As microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples não estão obrigadas ao cumprimento de obrigações acessórias.
II. Todos os entes federados que têm competência para lançar o Simples Nacional, podem não só lançar o valor correspondente ao seu tributo, mas também o correspondente aos tributos devidos a outros entes.

Qual (ais) afirmativas (s) está (ão) CORRETA (S)?

- a) I e II. b) I, apenas.
c) II, apenas. d) Nenhuma.

37. Analise as afirmativas a seguir:

I. Segundo o Código Tributário Nacional, o pagamento efetuado por um dos obrigados se aproveita aos demais (Art. 125).

II. A solidariedade prevista na Lei 5.5172/1996 não comporta o benefício de ordem (Art. 124).

Qual (ais) afirmativas (s) está (ão) CORRETA (S)?

- a) I e II. b) I, apenas.
c) II, apenas. d) Nenhuma.

38. Analise as afirmativas a seguir:

I. O inventariante não é responsável pelos tributos devidos pelo espólio.

II. Os mandatários são pessoalmente responsáveis pelo crédito correspondente à obrigação tributária resultado de atos praticados com excesso de poder ou infração da lei (Lei 5.172/1996).

Qual (ais) afirmativas (s) está (ão) CORRETA (S)?

- a) I e II. b) I, apenas.
c) II, apenas. d) Nenhuma.

39. Analise as afirmativas a seguir:

I. O espólio é responsável pelos tributos devidos pelo de cujus até a data da partilha ou da adjudicação (Lei 5.172/96).

II. A lei pode, de modo expresso, atribuir responsabilidade pelo crédito tributário a terceira pessoa (Lei 5.172/96).

Qual (ais) afirmativas (s) está (ão) CORRETA (S)?

- a) I e II. b) I, apenas.
c) II, apenas. d) Nenhuma.

40. Analise as afirmativas a seguir:

I. Segundo a Constituição Federal de 1988, é vedado aos entes da federal instituir impostos sobre o patrimônio, a renda ou os serviços uns dos outros.

II. De acordo com a Magna Carta de 1988, é vedado aos entes da federação cobrar tributos de livros e jornais.

Qual (ais) afirmativas (s) está (ão) CORRETA (S)?

- a) I e II. b) I, apenas.
c) II, apenas. d) Nenhuma.

41. Analise as afirmativas a seguir:

I. A autorização de acesso por terceiros às informações pessoais relativas à vida privada e/ou à honra deve ser precedida de previsão legal e do consentimento expresso da pessoa a que elas se referem (Lei nº 12.527/2011, Art. 31, § 1º, II).

II. No Brasil, as informações pessoais relativas à intimidade e/ou à imagem têm seu acesso restrito – pelo prazo mínimo de 100 (cem) anos a contar da sua data de produção – à pessoa a que elas se referirem e aos agentes públicos legalmente autorizados (Lei nº 12.527/2011, Art. 31, § 1º, I).

Qual (ais) afirmativas (s) está (ão) CORRETA (S)?

- a) I e II. b) I, apenas.
c) II, apenas. d) Nenhuma.

42. Analise as afirmativas a seguir:

I. A informação disponibilizada pelos agentes públicos à população e aos órgãos de controle precisa ser clara e a mais atual possível, permitindo que o seu conteúdo seja de fácil entendimento pelas partes interessadas.

II. A confiabilidade da informação é essencial para a transparência na Administração Pública, pois quando uma informação é manipulada indevidamente ela pode refletir uma situação fictícia e inverídica para a população.

Qual (ais) afirmativas (s) está (ão) CORRETA (S)?

- a) I e II. b) I, apenas.
c) II, apenas. d) Nenhuma.

43. Analise as afirmativas a seguir:

I. Para que a gestão por resultados seja eficiente, é necessário buscar o alinhamento de expectativas de forma clara e transparente entre todos os agentes políticos envolvidos com os objetivos da organização.

II. Quando a formulação de uma política pública é fundamentada na gestão por resultados, busca-se traduzir os objetivos em resultados mensuráveis e compreensíveis para as partes interessadas envolvidas no processo de planejamento.

III. O conceito de gestão por resultados compreende o monitoramento e a avaliação do desempenho da organização ou da política pública a partir do alcance dos resultados, assim como busca-se promover ações corretivas decorrentes dessa avaliação.

Quantas afirmativas estão CORRETAS?

- a) Nenhuma. b) Apenas uma.
c) Apenas duas. d) Todas.

44. Analise as afirmativas a seguir:

I. Para inserir uma Tabela Dinâmica no Microsoft Excel, o usuário deve ir até a guia "Dados", clicar na opção de menu "Tabela Dinâmica" e, em seguida, deve indicar quais os dados que serão considerados para compor a tabela.

II. Na célula A4 do Excel, foi inserida a fórmula =A1+A2*A3. Sabe-se que os valores presentes nessas células são: 1, em A1; 2, em A2; e 2 em A3. Assim, é correto afirmar que o valor que estará presente em A4 é 6.

III. A fórmula =SOMA(A1:C3) foi inserida na célula D1 do Excel. Sabe-se que, no intervalo especificado na fórmula, estão presentes apenas os seguintes valores: 2, em A1; 4, em B2; e 6 em C3. Assim, o valor que deve estar presente na célula D1 é 12.

Quantas afirmativas estão CORRETAS?

- a) Nenhuma. b) Apenas uma.
c) Apenas duas. d) Todas.

45. Qual a alternativa CORRETA?

a) Os entes da Federação devem disponibilizar a qualquer pessoa física ou jurídica o acesso às informações referentes ao lançamento e ao recebimento de toda a receita das unidades gestoras, exceto quando se tratar de recursos extraordinários (LC N° 101/2000, Art. 48-A, inciso II).

b) Para garantir a transparência na gestão, a Administração Pública deve liberar as informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira apenas no Diário Oficial do respectivo estado (LC 101/2000, Art. 48, Parágrafo único, II).

c) Deve-se assegurar a transparência aos planos públicos, à LDO e aos orçamentos através, por exemplo, do incentivo à participação popular e/ou da realização de audiências públicas (LC 101/2000, Art. 48, Parágrafo único, I).

d) A adoção de um sistema integrado de administração financeira e controle, que omite os dados sobre a origem e a aplicação dos recursos públicos, é um exemplo de medida que busca assegurar a transparência na gestão pública (LC N° 101/2000, Art. 48, Parágrafo único, III).

46. Qual a alternativa INCORRETA?

a) Um título da dívida pública no valor de R\$ 1.288,00 rendeu 1,25% a.m., ao longo de 4 meses, em regime de juros compostos. Com base nessas informações, é correto afirmar que o montante resultante dessa aplicação é de R\$ 1.353,62.

b) Sabe-se que os cinco principais devedores de impostos da Prefeitura têm dívidas há, respectivamente: 12 meses; 4 meses; 7 meses; 23 meses; e 38 meses. Dados esses valores, é correto afirmar que a mediana desse conjunto de dados é igual a 16,8 meses.

c) Os valores recolhidos a título de ISS por uma empresa nos últimos 5 meses foram os seguintes: R\$ 901,00; R\$ 1.024,00; R\$ 1.024,00; R\$ 688,00; e R\$ 1.024,00. Assim, é correto afirmar que a moda dessa série de dados é um valor maior que R\$ 1 mil.

d) Sobre um tributo de R\$ 1.288,00, foram cobrados juros simples de 2% a.m., ao longo de 5 meses. Assim, é correto afirmar que os juros totais nesse período representam R\$ 128,80.

47. Analise as afirmativas a seguir:

I. O procedimento de prestação de contas é exigido pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 como uma forma de autorizar a utilização e a aplicação dos recursos públicos (CF88, Art. 70, Parágrafo único).

II. Através da prestação de contas, uma entidade pública consegue comprovar e demonstrar à população – com boa-fé e transparência – o motivo e a finalidade da aplicação dos recursos públicos.

Qual (ais) afirmativas (s) está (ão) CORRETA (S)?

- a) I e II. b) I, apenas.
c) II, apenas. d) Nenhuma.

Texto para as questões de 48 a 50

QUALIDADE

A gestão da qualidade nos serviços públicos deve considerar as expectativas dos cidadãos, as exigências legais e a percepção do serviço entregue. Assim, o serviço prestado deve atender a uma real necessidade do usuário e respeitar as determinações da lei (princípio da legalidade).

A manutenção da qualidade dos serviços oferecidos pela Administração Pública confere, ao longo do tempo, confiabilidade às instituições do Estado. Contribui para esse objetivo o bom atendimento prestado ao público, com gentileza, cordialidade e empatia.

Uma boa comunicação é um fator relevante para um bom atendimento e pode ser estimulada com a inclusão de frases como “Bom dia”, “Boa tarde”, “Sente-se, por favor” ou “Aguarde um instante, por favor”. Quando ditas com cordialidade, elas podem levar o usuário a perceber o tratamento atencioso que a instituição pode oferecer ao seu público.

É também muito importante evitar ruídos na comunicação com o cidadão e entre os colaboradores da instituição. Nesse sentido, é recomendável identificar os elementos que podem complicar ou impedir o perfeito entendimento das mensagens, como linguagem imprecisa ou incorreta, ambiente barulhento, falta de conhecimento técnico por parte do emissor ou simplesmente uso incorreto do meio de comunicação.

Certos aspectos do comportamento humano também podem prejudicar a comunicação com os usuários dos serviços e, assim, reduzir a qualidade dos serviços prestados, tais como: a seletividade na comunicação (quando o emissor só ouve o que é de interesse dele); o egocentrismo (o emissor ou o receptor não aceita o ponto de vista do outro); o preconceito (percepção indevida das diferenças socioculturais, raciais, religiosas, hierárquicas etc.); e o descaso (indiferença quanto às necessidades do outro).

48. Leia o texto 'QUALIDADE' e, em seguida, analise as afirmativas abaixo:

I. O texto procura destacar que o conflito entre as expectativas dos cidadãos e as exigências legais é a principal causa de redução da qualidade nos serviços públicos.

II. O texto menciona que o uso de linguagem imprecisa ou incorreta e até mesmo um ambiente barulhento são exemplos de problemas de comunicação causados pela falta de empatia do usuário dos serviços.

Qual (ais) afirmativas (s) está (ão) CORRETA (S)?

- a) I e II. b) I, apenas.
c) II, apenas. d) Nenhuma.
-

49. Leia o texto 'QUALIDADE' e, em seguida, analise as afirmativas abaixo:

I. O texto leva o leitor a inferir que certos aspectos do comportamento humano, como a gentileza, a cordialidade e a empatia, diminuem a percepção do público sobre a qualidade dos serviços do Estado.

II. O texto leva o leitor a entender que existe uma relação de causalidade entre a manutenção da qualidade dos serviços oferecidos pela Administração Pública e a confiabilidade das instituições do Estado.

III. O texto leva o leitor a concluir que a qualidade dos serviços prestados pelo Estado pode ser diminuída em função de problemas de comunicação causados por egocentrismo, preconceito ou descaso, por exemplo.

Quantas afirmativas estão CORRETAS?

- a) Nenhuma. b) Apenas uma.
c) Apenas duas. d) Todas.
-

50. Leia o texto 'QUALIDADE' e, em seguida, analise as assertivas abaixo e marque a opção INCORRETA:

a) O texto procura deixar claro para o leitor que a seletividade na comunicação ocorre quando o emissor se nega a compreender os sentimentos alheios.

b) O texto sugere que a indiferença quanto às necessidades do outro é um aspecto comportamental que pode prejudicar a comunicação e, também, a qualidade dos serviços.

c) O texto apresenta ao leitor a ideia de que o egocentrismo na comunicação ocorre quando o emissor ou o receptor não aceita o ponto de vista do outro.

d) Uma das ideias presentes no texto é a de que a percepção indevida das diferenças socioculturais ou raciais, por exemplo, representa um exemplo de preconceito na comunicação.

RASCUNHO

PROIBIDO DESTACAR

RASCUNHO